

DOCUMENTAÇÃO

Valores com fronteiras

Neste mundo cada vez mais cosmopolita e conectado, a questão dos valores nacionais não perdeu atualidade. O governo chinês quer pôr limites nos campus universitários aos “valores ocidentais”; o novo governo indiano pretende reforçar o orgulho nacional com os valores hindus; frente aos radicais islâmicos, o governo britânico pede às escolas que ensinem os “valores britânicos”, o francês os “valores republicanos”...

China, contra os valores ocidentais

O apelo aos valores nacionais é às vezes o modo de conter a influência de valores estrangeiros que se consideram prejudiciais... sobretudo para o governo. É o caso do regime chinês, que nos últimos meses empreendeu uma campanha para erradicar os “valores ocidentais” das universidades e reforçar o controlo ideológico sobre os estudantes. O ministro da Educação, Yuan Guiren, recorreu a uma linguagem de batalha ideológica, para denunciar a “infiltração de forças inimigas” que difundem conceitos ocidentais ao insistir na democracia, na separação de poderes, na importância da sociedade civil, na liberdade de expressão ou numa visão individualista dos direitos humanos.

Para atalhar esta influência perigosa, pediu que as universidades dessem prioridade ao ensino do marxismo, à lealdade ideológica ao partido e às diretrizes do presidente Xi Jinping. A preocupação eminentemente política destas medidas fica mais clara quando pede que se evite “a difamação dos líderes do partido ou comentários que desacreditem o socialismo nas aulas universitárias”.

Esta pretensão, que a alguns fez recordar as campanhas de retificação ideológica da Revolução Cultural, provocou também respostas na comunidade universitária.

Assim, o jurista Shen Kui, respeitado professor e anterior vice-reitor da Faculdade de Direito da Universidade de Pequim, publicou uma carta na Internet em que pedia ao ministro que clarificasse três questões. A primeira: como distinguir os “valores ocidentais” e os “valores chineses”? Afinal, o próprio comunismo é uma doutrina que veio do Ocidente. A segunda: como distinguir entre a difamação dos líderes e a denúncia dos factos negativos e dos erros cometidos na história do partido? Em terceiro lugar, Kui colocou a questão de como se podiam conciliar as advertências do ministro e o preceito constitucional

que reconhece aos cidadãos “a liberdade de empreender investigações científicas, a criação artística e literária e outras atividades culturais”.

Mas a lei nunca foi um obstáculo para as exigências políticas do partido. Daí que o endurecimento ideológico se note também no reforço da censura da Internet, que leva a bloquear redes sociais estrangeiras como o Twitter ou o Facebook, ou páginas de meios informativos externos.

Alguns críticos destacaram também a incongruência de alertar contra a infiltração de valores ocidentais nas universidades chinesas, enquanto se enviam cada vez mais jovens para estudar nas do estrangeiro (só nos EUA, há cerca de 274 000). Não estarão mais expostos ali a esta influência “subversiva”?

Índia: orgulho nacional ou hinduísta?

Na “maior democracia do mundo”, a Índia, também se fala mais de valores desde que no verão passado ganhou as eleições Narendra Modi, líder do nacionalista Bharatiya Janata Party. A partir de então, os grupos hinduístas aumentaram a sua influência no governo, especialmente nas políticas de educação.

Dinanath Batra, líder do Shiksha Bachao Andolan, um grupo pró hindu, convidado pelo governo a fazer recomendações para a nova política educativa, defende que “o necessário na Índia é haver uma educação baseada em valores, uma educação que construa o carácter”. Batra quer introduzir um texto sagrado hindu – o Bhagavad Gita – no plano de estudos de todos os alunos, também dos muçulmanos e dos cristãos, pois “os estudos religiosos devem integrar o *curriculum*”. Ao mesmo tempo, explica que “os livros de texto devem ser reescritos, para que reflitam o orgulho nacional” (“Washington Post”, 19.3.2015).

Mas, orgulho de quê? Porque se a economia está a crescer ao ritmo de 7 % ao ano, desde 1997, 30 % da população ainda vive abaixo do limiar da pobreza.

Os outros grupos religiosos temem que estas recomendações esfumem as linhas entre o governo e o hinduísmo, como se houvesse uma religião de Estado, e que reforcem os movimentos radicais hindus que consideram os seus valores, como os únicos característicos da Índia.

Com o fim de dissipar dúvidas, Modi clarificou a sua posição num discurso ao parlamento em princípios de março: “Hindus e muçulmanos devem unir-se para lutar contra a pobreza. No que diz respeito ao governo, seguimos uma única religião: a Índia primeiro, e temos um único livro sagrado: a Constituição”.

Guia de valores britânicos

Na Grã-Bretanha, o apelo aos “valores britânicos” surgiu ante o temor do contágio do fundamentalismo islâmico.

A campanha partiu de uma suposta tentativa de infiltração do islamismo radical em escolas de Birmingham. Ainda que nunca se tenha demonstrado que tenha tido êxito, o então Secretário de Estado da Educação anunciou que se levariam a cabo inspeções surpresa em todo o tipo de escolas, para examinar se se têm vindo a ensinar “valores britânicos”.

Em novembro do ano passado, o Ministério publicou um guião para as escolas privadas subvencionadas, em que se detalhava o que se devia entender por “valores britânicos fundamentais”.

Ali se diz que “as escolas devem promover os valores britânicos fundamentais da democracia, da primazia da lei, da liberdade individual e do respeito mútuo e tolerância daqueles que têm crenças diferentes”. E sugeria-se uma série de práticas para vir a inculcar estas ideias, tanto no ensino, como no funcionamento da escola.

Também se adverte que “os alunos deverão compreender que ainda que as pessoas possam ter ideias diferentes sobre o que está bem ou mal, todos os que vivem em Inglaterra estão sujeitos à lei... Os alunos deverão estar conscientes da diferença entre a lei do país e a lei religiosa”.

Quanto ao modo de conciliar o ideário da escola e o pluralismo, as diretrizes sustentam: “Não é necessário que as escolas ou os indivíduos promovam ensinamentos, crenças ou opiniões que estejam em conflito com as suas, mas não é aceitável que as escolas promovam a discriminação contra pessoas ou grupos por causa das suas crenças, opiniões ou origem”.

Depressa se viu que a desconfiança se dirigia sobretudo às escolas confessionais – anglicanas, católicas ou judias – suspeitas de não serem suficientemente tolerantes. A inspeção educativa (Ofsted) já chamou à ordem algumas escolas, porque os seus alunos não têm ocasião de experimentar “a diversidade cultural da moderna sociedade britânica”. “Diversidade” é o novo estandarte.

Mas os críticos respondem que o facto de o extremismo islâmico ser preocupante, não deve ser razão para que o Estado se imiscua impondo o ensino de certas doutrinas. Como escreve Ed West na “Catholic Herald”, “o paradoxo dos valores britânicos é que tradicionalmente uma das grandes virtudes da vida britânica tem sido que as pessoas são livres para terem os valores que preferem sem temor de perder o

seu trabalho, serem interrogadas pela polícia por crimes de ódio, ou sem que os seus filhos sejam doutrinados na escola”.

O mais curioso é que se há alguns temas que os professores evitam tratar na aula, são os que podem causar problemas com o radicalismo islâmico. Na recente conferência da National Union of Teachers, aprovou-se uma moção em que se dizia que os professores deveriam poder evitar discussões na aula sobre o extremismo islâmico. A razão alegada era que, conforme a recentemente aprovada lei antiterrorista, um professor deve informar a polícia sobre os alunos suspeitos de radicalismo. E como as equipas diretivas temem as consequências, preferem que não se discutam esses temas na aula.

A razão alegada não deixa de ser uma mera desculpa para se evitarem problemas, pois os professores poderiam debater estes temas sem revelar a nenhum agente externo o conteúdo da discussão.

Ante esta posição dos professores, não parece que a promoção dos valores britânicos venha a ser muito útil. Como escreve o sociólogo Frank Furedi na “Spiked”, “os valores culturais que realmente significam algo na vida das pessoas são intrínsecos à sua vida diária. Não são tanto ensinados como praticados e vividos. Os valores que são promovidos artificial e administrativamente mediante campanhas de educação pública, são geralmente incapazes de ganhar os corações e as mentes”.

Os valores republicanos em França

Em França, depois dos atentados contra o Charlie Hebdo e o supermercado judeu, o governo advertiu que a integração da juventude muçulmana deixa muito a desejar, e que cria as condições propícias à cultura do radicalismo islâmico. O tema é especialmente preocupante em França, o país europeu com mais população muçulmana, e a partir do qual mais jihadistas viajaram para a Síria e para o Iraque.

E como costuma acontecer nestes casos, o presidente Hollande e o primeiro-ministro Valls pediram à escola para reforçar o ensino dos “valores republicanos”, que devem caracterizar um bom cidadão francês. A ideia convencional é que estes valores estão acima de qualquer diferença de etnia, classe social ou religião.

Mas para muitos jovens muçulmanos, os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade – lema da República – são palavras vazias na sua vida diária. A igualdade soa como um mero *slogan* aos jovens dos bairros mais atingidos pelo desemprego. A fraternidade não a experimentam nem a vivem. Queixam-se de que a liberdade de se comportarem como um muçulmano, choca também com imposições laicas: o véu islâmico já foi proibido na escola e agora fala-se de o proibir na universidade; alguns departamentos decidiram – em nome da laicidade – suprimir o menu de substituição nos dias em que se serve porco; a construção de mesquitas continua a encontrar obstáculos burocráticos. A laicidade não é vista como uma garantia da liberdade de consciência e de respeito

para com todas as religiões, mas como um secularismo imposto. Para estes jovens, frequentemente desarraigados, a retirada para a identidade muçulmana oferece uma ancoragem mais firme do que a “decadência ocidental”.

Perante este repúdio, alguns setores – como a Frente Nacional – pensam que se deve suspender a imigração e não aceitar qualquer particularismo. O seu programa propõe: “Reafirmação do nosso modelo republicano e dos seus valores contra o multiculturalismo anglo-saxónico. A assimilação sobretudo através da escola, deve ser a regra, e o comunitarismo proibido”.

Em contrapartida, outros sublinham que a França se transformou num país multiétnico, que deve aceitar as pessoas com as suas diferenças. A diversidade seria assim um novo valor republicano.

I. A.

(com autorização de

www.aceprensa.pt)

O modelo de Singapura

Se os dirigentes chineses veem com maus olhos a influência dos “valores ocidentais” no seu país, têm estado sempre deslumbrados com o êxito do modelo de Singapura, que o recentemente falecido Lee Kuan Yew (1923-2015) criou. Como “pai da pátria” e chefe do governo desde 1959 a 1990, foi o homem que transformou a cidade-estado de uma colónia empobrecida, num dos principais centros comerciais e financeiros, que ocupa o sétimo lugar mundial no PIB *per capita*. Agora que se cumprem os 50 anos da independência, Singapura aparece como um país rico, estável, eficaz e sem corrupção. O que faz com que não poucos asiáticos os vejam como um modelo. Para os dirigentes chineses, a experiência de Singapura coincide com a que eles buscam para a China: prosperidade económica sob a direção de um partido único.

Lee foi um governante pragmático e autoritário. Sabia claramente o que queria fazer de Singapura, e levou-o a cabo com mão firme. Respeitou o invólucro democrático, mas defendeu o caráter específico dos “valores asiáticos” em face da cultura ocidental.

“O que os asiáticos valorizam”, dizia, “não tem que ser necessariamente o que os norte-americanos ou os europeus valorizam. Os ocidentais apreciam as liberdades individuais, mas os meus valores como asiático de influência cultural chinesa, advogam um governo que seja honesto, eficaz e eficiente.”

No fundo, há um velho debate sobre a universalidade dos direitos humanos e da sua interpretação segundo as culturas.

A escola dos “valores asiáticos” defende que os interesses particulares – incluindo os direitos e liberdades individuais que o Ocidente considera inalienáveis – estão subordinados aos interesses da sociedade. As ideias tradicionais asiáticas de “moralidade”, “dever” e “comunidade” estão acima da obsessão pela realização individual. Devido a uma sobredose de liberdade e de individualismo, pensava Lee, nas sociedades ocidentais debilita-se a família, proliferam formas de conduta antissocial, fragilizam-se as instituições e perde-se a cultura do esforço.

Para evitar a decadência ocidental ou o estalinismo comunista, Lee impôs a Singapura, liberalização económica e paternalismo de Estado, com firme controlo político.

Em Singapura, a liberdade é mais económica do que política. Com burocracia pequena, economia aberta e regulação favorável aos negócios, Singapura aproveitou a sua posição estratégica no estreito de Malaca, onde transita 40 % do comércio marítimo mundial. A estabilidade política e social atraiu investimento estrangeiro e o país é um importante polo financeiro.

Muitos celebram o seu modelo de desenvolvimento económico, mas outros lamentam o preço a pagar em liberdades políticas. Há eleições de seis em seis anos, mas com sistema eleitoral que favorece o partido no poder e torna quase impossível à oposição ser alternativa. Em 2011, o People’s Action Party (PAP) de Lee conseguiu 60 % dos votos, mas 90 % dos mandatos. Não se deve pois esperar que o Parlamento mostre grande afã de controlar o governo. A liberdade de imprensa está também domesticada, para que o poder não tenha de ouvir críticas inconvenientes. E, se necessário, os líderes do PAP recorrem a queixas por difamação para se defenderem. Apesar desta falta de oposição, a meritocracia favoreceu a ascensão de uma classe dirigente eficaz, que não se tem visto ser acusada de corrupção.

No quadro do paternalismo de Estado, Lee também interferiu na vida privada dos cidadãos. Desde pouco depois da independência, o governo decidiu que eram suficientes dois filhos por família. Quem tinha mais, era penalizado na saúde, na educação e na habitação. Mas esta política voltou-se contra o governo. Singapura tem uma das taxas de natalidade mais baixas do mundo (1,19), e ainda que o governo tenha mudado de política para encorajar as famílias a terem pelo menos três filhos, aumentar a natalidade mostra-se mais difícil do que reduzi-la.

(com autorização de

www.aceprensa.pt)